

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE  
POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.022/2024**

Ref.: Processo Administrativo SEI 08455.011648/2024-51

**EURO SERVICE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 16.963.926/0001-12, com sede à Rua Doutor Celestino, nº 122 – Gr. 611 – Centro Niterói/RJ – CEP 24.020-091, por seu procurador, vem, respeitosamente, à presença de V. Senhoria, apresentar

**PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

Em relação à decisão desta Comissão de Licitação em negar provimento ao recurso administrativo interposto em face da habilitação da empresa **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 79.283.065/0009-07, no certame licitatório acima epigrafado, fazendo-o pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos

**1. DA SÍNTESE FÁTICA**

O presente Pedido de Reconsideração decorre do Pregão Eletrônico nº 90.022/2024, cujo objeto é a contratação de serviços de apoio administrativo, incluindo supervisão, em conformidade com as condições estabelecidas no edital e seus anexos. Após a análise e conclusão das etapas iniciais do certame, a empresa ORBENK Administração e Serviços Ltda. foi declarada vencedora, com base em sua proposta apresentada.

Contudo, durante a análise da proposta da licitante vencedora, foram identificadas irregularidades substanciais que comprometem não apenas a sua exequibilidade, mas também

violam princípios fundamentais que norteiam a Administração Pública, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

As irregularidades constatadas afetam diretamente a transparência, a isonomia e competitividade do certame, gerando preocupações quanto à regularidade do processo e à efetiva prestação do serviço objeto da contratação.

Entre os pontos mais críticos, destaca-se a utilização de uma taxa de lucro negativa (-3,81%) na composição de custos apresentada pela ORBENK, e a utilização, na base de cálculo dos custos fixos, de percentual tributário inferior ao determinado em lei.

Exatamente, além de admitir um suposto lucro negativo, a empresa Recorrida tenta ludibriar esta administração com a utilização de uma alíquota de ISS no percentual de 3%, ao invés dos legais 5%.

Trata-se de prática odiosa, conhecida como “jogo de planilha”!

Essa prática não apenas contraria os critérios de formação de preços previstos na legislação e no edital, mas também compromete a capacidade da empresa em honrar encargos obrigatórios, como INSS, FGTS, Salário-Educação e contribuições ao Sistema S, evidentemente se houver boa-fé por parte daquela.

Ora, a aplicação de uma taxa negativa de lucro, em vez de agregar valores para cobrir custos operacionais e gerar um retorno mínimo à empresa, subtrai montantes essenciais, configurando uma estratégia que aparenta ser artificial para redução do preço global, mas que, na prática, inviabiliza a execução plena do contrato.

Ou, outro quadro fático, que nos parece mais possível, é a ocultação da margem de lucro na subtração equivocada do percentual de imposto a ser pago, que posteriormente será corrigida, aumentando o valor proposto e infringindo todas as normas relativas a isonomia e competitividade.

Vejam, a proposta da ORBENK incluiu a aplicação de uma alíquota de ISSQN de apenas 3%, enquanto a legislação tributária do Município do Rio de Janeiro exige a aplicação de 5% para o serviço em questão. Essa discrepância indica falha grave na composição tributária apresentada e suscita dúvidas sobre a viabilidade econômica da proposta. Tal irregularidade também infringe o princípio da isonomia, ao conceder vantagem indevida à licitante vencedora, que apresentou custos artificialmente reduzidos em detrimento das demais participantes.

No caso em tela, a este respeito, o item 4.1 do Edital prevê o seguinte:

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 4.1.1. Valor unitário, bem como seus valores totais, de acordo com o disposto no sistema Gov.br/compras e no Termo de Referência e anexos.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
  - 4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.**
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente (...)

Assim, ainda que o Pregoeiro tenha deliberado pela improcedência das alegações apresentadas anteriormente, os problemas apontados permanecem evidentes e demandam análise mais aprofundada. A aceitação de uma proposta com tais inconsistências representa um risco à execução contratual e à preservação dos princípios de moralidade, competitividade e eficiência, todos pilares do ordenamento jurídico que rege as licitações públicas.

Além disso, a ausência de uma correção eficaz nas irregularidades observadas compromete a credibilidade do processo licitatório e pode ensejar futuros questionamentos

administrativos ou judiciais, especialmente no que tange à proteção do interesse público. O impacto dessas falhas é exacerbado pelo fato de que a ORBENK, ao utilizar parâmetros inadequados, potencialmente deslocou propostas mais consistentes e juridicamente adequadas.

Diante desse cenário, a ora Peticionária, por entender que o julgamento anterior não enfrentou de forma suficientemente detalhada as irregularidades apresentadas, reafirma a necessidade de reanálise criteriosa da questão, diante da imprescindibilidade de que o Pregoeiro reveja sua decisão anterior, promovendo os ajustes necessários para restabelecer a regularidade do processo licitatório e preservar os interesses públicos subjacentes.

## **2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

### **2.1. DA VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021)**

A condução de processos licitatórios, especialmente aqueles realizados sob o regime da Lei nº 14.133/2021, exige rigorosa observância dos princípios que fundamentam a Administração Pública, conforme estabelecido no artigo 5º da referida legislação:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942;

Assim, entre os princípios que devem guiar o certame, destacam-se a legalidade, a isonomia, a competitividade e a eficiência. No caso em análise, a decisão que manteve a ORBENK Administração e Serviços Ltda. como vencedora do Pregão Eletrônico nº 90.022/2024 revela evidente afronta a esses princípios, comprometendo a regularidade e a moralidade do procedimento licitatório.

No que se refere ao princípio da legalidade, verifica-se que a proposta apresentada pela ORBENK contém elementos que contrariam normas jurídicas e o próprio edital do certame. A

utilização de uma taxa de lucro negativa (-3,81%) na planilha de custos, longe de ser uma prática aceitável, constitui flagrante violação às regras de formação de preços. Essa prática compromete a cobertura dos encargos trabalhistas e tributários obrigatórios, como INSS, FGTS e Sistema S, criando um cenário de potencial inexecução contratual.

Adicionalmente, a aplicação de uma alíquota de ISSQN inferior à exigida pela legislação municipal — 3% ao invés de 5%, como determina o Código Tributário do Município do Rio de Janeiro — agrava a irregularidade, ao desconsiderar as normas tributárias vigentes. Tais inconsistências infringem não apenas a legislação específica, mas também o dever de transparência e segurança jurídica que rege os contratos administrativos.

Quanto ao princípio da isonomia, é imperativo destacar que a aceitação de práticas que distorcem os custos reais do contrato compromete a igualdade de condições entre os licitantes. A ORBENK, ao apresentar uma proposta baseada em parâmetros irregulares, obteve uma vantagem indevida em relação às demais empresas que participaram do certame, todas comprometidas em observar rigorosamente as normas editalícias e legais. A isonomia é a essência de qualquer procedimento licitatório, e sua violação, como ocorre no caso em tela, prejudica não apenas os concorrentes, mas também a própria Administração Pública, que deixa de contratar com base em critérios justos e legítimos.

Veja-se, nesse sentido, que a jurisprudência pátria já demonstrou entendimento no sentido de que a predileção por empresa que apresenta proposta que demanda correções que afetariam o preço global do serviço, importa em afronta aos princípios da legalidade e da isonomia:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AJUSTE DE PLANILHA. REDUÇÃO DO PREÇO OFERTADO NO ITEM. NULIDADE. CARACTERIZADA. 1. **O edital faz lei entre as partes e vincula a Administração**, mostrando-se inadmissível modificação das condições pré-estabelecidas no curso da licitação. 2. De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Da mesma forma, disciplina o pregão revisto na Lei nº 10.520/2002, modalidade de licitação, em relação a qual se aplicam subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93. Não basta, pois, obter-se a proposta mais vantajosa para a administração, devendo-se, na verdade, garantir a efetiva igualdade de condições entre os licitantes e o respeito às demais regras e princípios jurídicos, em especial aqueles que orientam as ações da Administração. 3. A alteração das cotações de itens individuais em pregão eletrônico visando o ajuste do valor total configura conduta inaceitável em pregões cujo o valor global é formado pelos lances individuais de cada



item, pois confere vantagem indevida ao licitante que trabalha os lances de todos os itens sem a pressão dos concorrentes (seja por estarem muito acima ou muito abaixo do preço de mercado) e implica em desvantagem para as outras licitantes, frustrando os princípios norteadores das licitações públicas, além de aumentar o risco de ocorrência de jogo de planilha. 4. **Mesmo que o critério de julgamento do edital seja pelo menor preço global, se o certame, por alguma razão de sua conveniência, vinculou a todos declinarem apenas o percentual de BDI no item, fere o princípio da isonomia e da impessoalidade permitir que um dos licitantes possa reajustar após encerramento das propostas, sem adequada justificativa, a única variável do item, no caso o percentual de BDI.** 5. Não se trata de mera correção de erro material de planilha, mas de novo cálculo, executado com objetivo de reduzir a proposta para adequar-se ao próprio valor global declinado, após já estar ciente de todas as propostas apresentadas no certame.

(TRF-4 - AC: 50491124520174047100 RS 5049112-45.2017.4.04.7100, Relator: LUÍS ALBERTO D&apos;AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 19/09/2018, QUARTA TURMA)

O princípio da competitividade também é seriamente afetado pelas irregularidades constatadas. A inclusão de parâmetros inadequados, como a taxa de lucro negativa e a alíquota incorreta de ISSQN, compromete a integridade do processo e desestimula a justa concorrência entre os licitantes. A competitividade é essencial para que a Administração Pública selecione a proposta mais vantajosa, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a eficiência na execução do objeto licitado. Quando parâmetros ilegais são aceitos, cria-se um ambiente em que empresas que operam dentro da legalidade são prejudicadas, enquanto práticas irregulares são premiadas, afastando participantes potencialmente mais qualificados.

Por fim, a violação aos princípios supracitados compromete a eficiência do certame, uma vez que decisões baseadas em propostas inadequadas colocam em risco a execução do contrato e a obtenção do melhor resultado para a Administração Pública. A eficiência exige que os processos licitatórios resultem em contratações que atendam plenamente ao interesse público, sem criar vulnerabilidades que possam comprometer a execução do objeto ou gerar prejuízos ao erário.

Em síntese, a decisão que manteve a habilitação da ORBENK, mesmo diante das irregularidades apontadas, desrespeita os princípios fundamentais da Administração Pública, conforme previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021. Tal afronta evidencia a necessidade de revisão da decisão para que o certame seja conduzido de forma justa, transparente e eficiente, respeitando os preceitos legais e garantindo a regularidade do processo licitatório.

## **2.2. DA FORMAÇÃO DE PREÇOS E EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA (ART. 59 E ART. 60)**

O artigo 59 da Lei nº 14.133/2021 estabelecem que as propostas apresentadas em processos licitatórios devem ser exequíveis, ou seja, devem demonstrar viabilidade econômica e compatibilidade com as obrigações contratuais previstas:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

**III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;**

**IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;**

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável (...)

O objetivo é garantir que os contratos sejam devidamente cumpridos sem comprometer a qualidade do objeto licitado ou criar riscos financeiros à Administração Pública. Uma proposta deve ser considerada inexequível quando os valores apresentados para tributos e encargos sociais são inconsistentes com a legislação aplicável.

Além disso, uma composição de custos inadequada, incapaz de atender às especificidades e requisitos do edital, reforça a presunção de inexequibilidade.

No caso em análise, como demonstrado, a proposta da ORBENK apresenta graves inconsistências que comprometem sua exequibilidade, conforme demonstrado pela aplicação de uma taxa de lucro negativa de -3,81%. Tal prática é especialmente preocupante porque compromete a cobertura dos encargos sociais obrigatórios, como INSS, FGTS, Salário-Educação e contribuições ao Sistema S (SENAI, SENAC, SESI, SESC). Esses encargos são irredutíveis e representam obrigações legais indispensáveis à execução do contrato.

Adicionalmente, conforme já exaustivamente exposto, verifica-se que a proposta da ORBENK contempla a aplicação de uma alíquota de ISSQN de 3%, enquanto o Código Tributário do Município do Rio de Janeiro exige uma alíquota de 5% para os serviços contratados. Essa discrepância não apenas evidencia a inadequação da proposta, mas também configura uma subestimação deliberada do tributo devido, gerando uma distorção significativa no preço global ofertado. A alíquota incorreta, ao reduzir artificialmente o valor da proposta, infringe o princípio da legalidade tributária e cria uma vantagem indevida para a licitante, em prejuízo aos demais participantes que respeitaram as exigências legais e editalícias.

Essas irregularidades violam os objetivos da Lei nº 14.133/2021, que busca assegurar a economicidade, a eficiência e a justiça nos processos licitatórios. A inexecuibilidade da proposta da ORBENK é clara, tanto pelo descompasso entre os custos previstos e as obrigações legais quanto pelo risco de inexecução contratual. A aceitação de uma proposta que desrespeita os critérios legais e o edital compromete a competitividade do certame, afasta participantes potencialmente mais qualificados e expõe a Administração Pública a possíveis prejuízos, seja por descumprimento contratual, seja pela necessidade de reequilíbrios econômicos futuros.

A análise detalhada do artigo 59 evidencia que a Administração tem o dever de rejeitar propostas inexecutáveis, especialmente quando estas apresentam valores inconsistentes para custos, tributos e encargos sociais. A aceitação da proposta da ORBENK, sem a devida correção das irregularidades apontadas, não apenas compromete a integridade do processo licitatório, mas também desrespeita os princípios fundamentais da Administração Pública, como a legalidade, a isonomia e a eficiência.

Nesse sentido, preceitua a jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO - CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA - PROPOSTA APRESENTADA EM DESCONFORMIDADE COM O EDITAL - CORREÇÃO FACULTADA - RECUSA - PRETENSÃO DE ALTERAÇÃO DO VALOR UNITÁRIO COM MANUTENÇÃO DO PREÇO GLOBAL - IMPOSSIBILIDADE - COMPROMETIMENTO DA AVALIAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA - NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA ISONOMIA ENTRE OS CANDIDATOS - DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO COMPROVADO. 1 - O mandado de segurança é meio processual adequado à proteção de direito líquido e certo, violado ou na iminência de ser violado por ato ilegal ou abusivo de autoridade pública,



não amparado por habeas corpus ou habeas data, cuja comprovação não dependa de dilação probatória; 2 - Como o mandado de segurança é uma ação documental o direito líquido e certo deve ser comprovado de plano, inadmitindo-se dilação probatória; 3 - Se o Edital prevê que o valor global será calculado utilizando-se como base o valor da unidade de referência - UR -, que determinará o preço dos demais serviços, o descumprimento desta norma não representa mero erro formal ou aritmético, mas inobservância à metodologia de cálculo de preços; 4 - **Não há como dispensar a formalidade exigida pelo edital quanto o erro na apresentação da planilha de preços comprometa a análise da exequibilidade da proposta, com risco para a Administração Pública.**

(TJ-MG - AC: 01466651520158130521 Ponte Nova, Relator: Des.(a) Renato Dresch, Data de Julgamento: 09/03/2017, 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/03/2017)

A planilha, portanto, deve incluir de forma precisa e completa todos os tributos, encargos sociais e custos diretos e indiretos necessários à execução do contrato. Essa exigência, visa garantir que as propostas apresentadas estejam em conformidade com a legislação vigente e possibilitem uma avaliação justa e isonômica entre os licitantes.

No entanto, a planilha de composição de custos apresentada pela ORBENK Administração e Serviços Ltda. apresenta sérias inconsistências que comprometem a lisura do processo licitatório. Ocorre que a transparência e o detalhamento dos custos são requisitos obrigatórios. Isso significa que todos os valores relacionados à execução do objeto do contrato devem ser discriminados de maneira clara, permitindo à Administração e aos demais participantes verificar a exequibilidade da proposta. A legislação exige que as propostas contemplem a totalidade dos encargos obrigatórios, como tributos e custos trabalhistas, de forma a refletir a realidade financeira necessária para o cumprimento contratual.

Portanto, é indispensável que a proposta da ORBENK seja submetida a uma nova análise rigorosa, com especial atenção à conformidade dos valores apresentados para tributos e encargos sociais.

### **2.3. DA OBRIGATORIEDADE DE ANÁLISE MINUCIOSA PELO PREGOEIRO (ARTS. 8º E 9º DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 14 DO DECRETO Nº. 11.246/2022)**

O papel do Pregoeiro em um processo licitatório é de extrema relevância para garantir a lisura, a regularidade e a eficiência do certame.

Conforme os arts. 8º e 9º da Lei nº. 14.133/2021, é dever do Pregoeiro realizar uma análise criteriosa das propostas apresentadas, verificando sua conformidade com a legislação:

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

(...)

§ 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei.

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;**

b) **estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;**

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

(...)

E ainda, o Decreto nº 11.246/2022, Detalha as atribuições do agente de contratação (incluindo o pregoeiro), tais como:

Art. 14. Caberá ao agente de contratação, em especial:

I - **tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, descentralizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;**

(...)

**III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:**

**a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;**

**b) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;**

**c) verificar e julgar as condições de habilitação;**

**d) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; e**

**e) encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso:**

**1. os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021; e**

(...)

Essa análise de conformidade deve assegurar que todos os valores constantes na planilha de custos sejam compatíveis com as exigências legais e com a viabilidade da execução contratual. Além disso, cabe ao Pregoeiro garantir que eventuais inconsistências ou irregularidades sejam devidamente corrigidas antes da habilitação final, evitando, assim, riscos à Administração Pública.

No caso em análise, como já está evidente, a proposta apresentada pela ORBENK Administração e Serviços Ltda. contém erros substanciais que deveriam ter sido objeto de maior rigor por parte do Pregoeiro. Essas inconsistências não apenas desrespeitam os princípios da legalidade e da transparência, como também colocam em risco a execução contratual, dado que os valores apresentados podem não ser suficientes para cobrir os encargos trabalhistas e tributários obrigatórios.

A Lei nº 14.133/2021 reforça o papel ativo do Pregoeiro, ao exigir que atue com diligência, devendo avaliar detalhadamente as propostas quanto à sua viabilidade e conformidade com as regras do edital e da legislação. Os dispositivos legais apontados atribuem ao Pregoeiro a responsabilidade de zelar pela integridade do certame, cabendo-lhe adotar as diligências necessárias para sanar dúvidas ou corrigir erros que possam comprometer a contratação. No entanto, ao aceitar a proposta da ORBENK sem exigir a correção das irregularidades

identificadas, o Pregoeiro descumpriu esse dever, permitindo que uma proposta potencialmente inexecutável fosse habilitada.

Os ajustes nas propostas podem ser realizados durante o processo, desde que não impliquem alterações no preço global ofertado ou nos elementos essenciais da proposta. **No entanto, no caso da ORBENK, as inconsistências apontadas, como a subestimação do ISSQN e a distorção nos encargos sociais, não poderiam ser corrigidas sem impactar o valor total da proposta, o que reforça a gravidade das irregularidades.** A ausência de uma análise mais rigorosa do Pregoeiro contribuiu para que tais falhas passassem despercebidas ou fossem minimizadas, comprometendo a equidade entre os licitantes e a própria segurança jurídica do contrato.

Não obstante, havendo erro formal que impacte no preço ou no cumprimento do objeto do procedimento licitatório, é de rigor a realização dos competentes ajustes nas planilhas. Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DE PEDIDO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO OU DA EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. **NECESSIDADE DE AJUSTE DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DA EMPRESA VENCEDORA.** ENTENDIMENTO DO TCU SEM QUE HAJA O AUMENTO DO VALOR TOTAL JÁ REGISTRADO. PREVISÃO NO EDITAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(TRF-3 - AI: 50174362720214030000 SP, Relator: Desembargador Federal MONICA AUTRAN MACHADO NOBRE, Data de Julgamento: 22/06/2022, 4ª Turma, Data de Publicação: DJEN DATA: 28/06/2022)

E ainda, em casos extremamente semelhantes ao presente, o judiciário já decidiu pela desclassificação da licitante cuja proposta teria seu preço global alterado, caso fossem determinadas correções, como ocorre no caso concreto:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS E COMPACTÁVEIS DOMICILIARES E COMERCIAIS. DESCLASSIFICAÇÃO DE CONCORRENTE. PRELIMINAR DE PERDA DO INTERESSE RECURSAL DEDUZIDA EM CONTRARRAZÕES. FINALIZAÇÃO DO CERTAME COM ADJUDICAÇÃO DO OBJETO À SEGUNDA COLOCADA. PREJUDICIALIDADE INEXISTENTE. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PREFACIAL REJEITADA. DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE. **ERRO NA PLANILHA DE CUSTOS. COTAÇÃO DO ISS POR ALÍQUOTA INFERIOR À INCIDENTE. APLICAÇÃO DO ÍNDICE CORRETO QUE INFLUENCIARIA O PREÇO FINAL OFERTADO. FATO ATESTADO**



POR PARECER TÉCNICO DO FISCAL DE TRIBUTOS DO MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE CONTRAPROVA A DERRUÍ-LO. PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE, DE VERACIDADE E DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. IMPOSSIBILIDADE DE EMENDA DO PLANO DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI), COM A RECOMPOSIÇÃO DO PREÇO MEDIANTE A APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA DEVIDA E A CORRESPONDENTE REDUÇÃO DA MARGEM DE LUCRO EXPECTADA. VÍCIO SUBSTANCIAL DA PROPOSTA QUE NÃO ADMITE SANAÇÃO. MEDIDA ALMEJADA QUE, A PAR DE VIOLAR AS REGRAS DO EDITAL, IMPORTARIA TRATAMENTO DESIGUALITÁRIO ENTRE AS CONCORRENTES. ARTS. 7º, § 2º, INC. II, 8º, E 48, INC. I, DA LEI N. 8.666/1993. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJ-SC - APL: 50002086020198240139, Relator: Rodrigo Collaço, Data de Julgamento: 12/05/2020, Terceira Câmara de Direito Público)

PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA. PERDA DE OBJETO. INOCORRÊNCIA. NULIDADE. ART. 1.013, § 3º, I, CPC/15. Inobstante a nulidade sentencial, uma vez evidente não ter havido perda do objeto da ação, perfeitamente possível o imediato julgamento da demanda, nos termos do art. 1.013, § 3º, I, CPC/15. LICITAÇÃO. PLANILHA DE CUSTOS. ISS E ALÍQUOTA ERRÔNEA. REPERCUSSÃO SUBSTANCIAL. DESCLASSIFICAÇÃO. **Uma vez estampada a errônea cotação da alíquota do ISS (2,5% ao invés de 5%), o que representou evidente manejo dos custos da licitante desclassificada, obtendo esta pseudo menor preço, afigura-se correta a decisão administrativa de inabilitação, não se podendo falar em mera irregularidade.** (Apelação Cível n. 70072279110, rel. Des. Marco Aurélio Henz, 21ª Câmara Cível, j. em 25/08/2017).

Além disso, a postura do Pregoeiro ao aceitar a proposta da ORBENK, mesmo com erros substanciais, desconsidera o risco de futuras demandas judiciais ou administrativas, que podem prejudicar a execução do contrato e causar prejuízos ao erário público. Ao ignorar a necessidade de corrigir as irregularidades antes da habilitação, o Pregoeiro expõe a Administração Pública a riscos que poderiam ter sido evitados com uma análise mais criteriosa e diligente.

Portanto, mais uma razão pela qual é imprescindível que o Pregoeiro reavalie a proposta da ORBENK, exigindo a correção das irregularidades apontadas ou, caso estas comprometam a exequibilidade da proposta, promovendo sua desclassificação.

### 3. DO REQUERIMENTO

Diante de todo o exposto, requer a esta Ilustre Autoridade:

- a) Seja conhecido o presente pedido de reconsideração, considerando a existência de vícios materiais e legais evidenciados na proposta da ORBENK Administração e Serviços Ltda., em



especial a utilização de taxa de lucro negativa, aplicação incorreta de alíquota de ISSQN e distorções nas planilhas de custos.

- b) Consequentemente, seja determinada a suspensão do certame e a correção, por parte da Recorrida, de sua planilha de custos, adequando o percentual relativo ao Imposto Sobre Serviço, com a consequente alteração do valor global final, adicionando-se o valor equivalente ao percentual suprimido;
- c) Caso este valor mantenha-se como o mais baixo apresentado na fase de propostas, requer-se seja mantida a habilitação e homologação do item à Recorrida, caso o valor final apresente-se maior do que o segundo colocado, que este seja habilitado e sua proposta homologada;
- d) Ainda, que sejam promovidas diligências para verificar a compatibilidade da proposta da ORBENK com a legislação tributária e trabalhista, bem como com as exigências editalícias, garantindo-se a análise de todos os elementos apresentados nas planilhas de custos.
- e) Por fim, seja determinada a correção das irregularidades apontadas, nos termos do artigo 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, desde que tais ajustes não alterem o preço global ou os elementos essenciais da proposta. Caso não seja possível realizar os ajustes sem prejuízo à integridade do certame, requer-se a desclassificação da empresa ORBENK.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Niterói, 27 de novembro de 2024.

**EURO SERVICE LTDA**

CNPJ 16.963.926/0001-12